

Chamada de Propostas para o VIII Fórum da Internet no Brasil

Título do workshop

Sobre a relação entre a mídia, leis e Internet: discutindo a racionalidade político-criminal e os crimes digitais

Formato do workshop

mesa_redonda

Outro

Este workshop é proposto pela entidade a qual faço parte?

nao

Estado do/a proponente

sp

Estado do/a co-proponente

sp

Setor do/a co-proponente

terceiro_setor

Descreva abaixo os objetivos do workshop e os conteúdos que serão discutidos

São objetivos gerais do workshop: auxiliar a formação de opinião crítica e subsidiar a atuação política de congressistas, quanto da sociedade civil, em torno da complexa e sensível relação entre mídia, processo legislativo e Direito Penal quando o assunto é crimes digitais. O foco do debate proposto é a influência da cobertura jornalística na produção legislativa criminal do país, ou seja, se casos de grande repercussão motivam iniciativas de maior punitivismo e novas formas de controle sobre as liberdades individuais. Dessa forma, espera-se também engajar a sociedade no debate contemporâneo sobre o funcionamento da Internet, em termos técnicos e jurídicos, com base em discussões qualificadas e em observância aos princípios e garantias fundamentais. Paralelamente, almeja-se discutir: - Se os projetos de leis focados em crimes na Internet e em resposta a casos midiáticos de grande repercussão se mostram, de fato, necessários e/ou inovadores; - Ponderar sobre funcionamento da Internet no Brasil e quais as respostas já postas pelo ordenamento jurídico desmistificam a ideia de que a Internet é uma "terra sem lei".

Forneça uma justificativa sobre a relevância do tema para a Governança da Internet

A fluidez das notícias e de sua circulação, incorporada aos processos legislativo e judiciário, e a visão de que apenas o direito penal poderá resolver os conflitos no ambiente da digital, podem provocar efeitos perversos à liberdade. Embora a Internet seja cada dia mais utilizada de forma massiva no país, detalhes de seu funcionamento, como limites e responsabilidades de cada integrante da cadeia - de provedores e sites aos próprios usuários e usuárias -, não estão claros para a maioria da população, incluindo até mesmo os e as operadores do Direito em geral e parlamentares. Nos últimos anos, inúmeros projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional em uma tendência clara de aposta no direito penal e em outras formas de restrição às liberdades individuais para resolução de conflitos no ambiente digital. Essas iniciativas visam, basicamente, a criação de novos tipos penais, o aumento de pena e a flexibilização de direitos em investigações criminais, ou seja, a reforma acrítica da legislação vigente, que, muitas vezes sequer é aplicada por simples ignorância dos próprios operadores. O desconhecimento, aliado ao estímulo da grande mídia e à disputa pelo protagonismo eleitoral, tem impulsionado a apresentação de projetos de lei que visam ampliar o controle do Estado, tratando o ambiente da Internet como um espaço de detratores e delinquências, ou uma "terra sem lei". Diversas normas que recrudesceram e ampliaram o alcance do direito penal e processual penal foram criadas após casos criminais de grande repercussão. Atendendo ao clamor popular momentâneo, sem discussão aprofundada ou análise dos reais impactos sociais e econômicos, as alterações legislativas aprovadas nestes contextos, não raras vezes, provocam efeitos perversos no sistema criminal. Nesse cenário, é importante levar em consideração os riscos de extensão da prática legislativa de emergência para as regulações penais de condutas no ambiente digital.

Descreva como você pretende estruturar a participação das/os palestrantes no workshop

O formato e convidados escolhidos para este workshop foram definidos a fim de potencializar um debate fundamentado e engajado sobre o cenário legislativo e midiático atual no que diz respeito aos crimes em ambiente digital. Caberá ao moderador(a) fazer uma breve introdução sobre as principais questões que abarcam a relação entre crimes digitais, processos comunicacionais e dinâmica legislativa nos últimos anos no país e os impactos já observados (10 minutos). Logo em seguida, os membros da mesa farão apresentações curtas sobre casos reais e como estes representam desafios e oportunidades para o Direito Penal, para os profissionais da comunicação e para os legisladores. Nesse sentido, os debatedores serão instigados a reagir e complementar as observações do moderador a partir de diferentes perspectivas e experiências (15 minutos cada). A discussão será facilitada pela questão: "Qual é o limite da influência que os meios de comunicação podem exercer sobre o processo legislativo?"

Descreva de que forma você espera envolver a audiência presencial e remota

Considerando o tempo-limite disponível para o workshop, pareceu mais adequado reservar um tempo após a exposição dos debatedores para a interação com o público. O(a) moderador(a) facilitará uma dinâmica de perguntas e respostas (20 minutos). O objetivo é criar a oportunidade para que o público presente e on-line interaja com o debate, compartilhando provocações e informações. Depois de cada bloco de duas ou três questões reunidas pelo(a) moderador(a), os membros da mesa terão a oportunidade de comentar as questões levantadas. A participação no local e remota serão tratadas de forma indiscriminada. As redes sociais (Twitter e Facebook) também serão utilizadas durante o workshop pelo moderador on-line, que ficará encarregado de monitorar algumas hashtags (a serem definidas).

Descreva os resultados pretendidos com a realização deste workshop

Espera-se que o encontro de atores de diferentes setores e pessoas diversas interessadas pela mesma temática favoreça a criação de uma rede de discussão mais diversa (em termos regional, setorial e de gênero) que possa contribuir e fortalecer ainda mais a pauta em atividades e debates direcionados à sociedade como um todo. Com esse processo, espera-se ampliar o entendimento sobre questões específicas do Direito Penal, do funcionamento da Internet, e sobre os processos comunicacionais que mobilizam os meios digitais. Por fim, espera-se igualmente poder compartilhar com o público dados e resultados de uma pesquisa dedicada ao tema e realizada pelo IBCCRIM, em parceria com pesquisadores do Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP no ano de 2018 cujo intuito foi mapear e discutir a relação entre mídia, processo legislativo, dinâmicas sociais e novos tipos penais para crimes relacionados à Internet.

Relação com os Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil

Ambiente legal e regulatório

Relação com os outros temas

Cibercrimes

Relação com os outros temas

Desafios da Internet e sociedade

Relação com os outros temas

Meios de Comunicação e Conteúdos

Outro

Estado do/a palestrante do setor governamental

distrito_federal

Estado do/a palestrante do setor empresarial

sp

Estado do/a palestrante do terceiro setor

sp

Estado do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

sp

Estado do/a moderador

sp

Estado do/a relator/a

sp
